ATA DA 16ª (décima sexta) SESSÃO ORDINÁRIA DA 16ª (décima sexta) LEGISLATURA, EM SEU PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DE 2019 (dois mil e dezenove), AOS 29 (vinte e nove) DIAS DE ABRIL, ÀS 20 (vinte) HORAS, REUNIU – SE EM SUA SEDE A CÂMARA MUNICIPAL. FEITA A CHAMADA REGIMENTAL VERIFICOU – SE O COMPARECIMENTO DOS SEGUINTES VEREADORES: Lauro Marciolino Solheiro Júnior, Antoniel Max Silva Holanda, Iranilson Lima Bezerra, Rosembergue Alves de Holanda, Luís Nilson Moreira Freitas, João Aires Brito, Francisco Erineldo Barbosa Silva, Francisco Célio dos Santos e Sheila Pereira Damasceno. Verificado quórum regimental e, sob a graça de Deus, o Senhor Presidente Lauro Marciolino Solheiro Junior, declarou aberta a presente sessão. No pequeno expediente não havia matéria a ser lida. No grande expediente o Sr presidente destinou os trabalhos a tribuna livre, onde foi convidada a prestar esclarecimentos sobre o processo eleitoral do conselho tutelar, a presidente do Conselho da Criança e do Adolescente. No grande expediente, o senhor presidente convidou a adentrar ao plenário para fazer uso da palavra a Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente Sra. Rute, em atendimento a solicitação do vereador Luís Nilson. No uso da palavra a Sra. Rute fez a leitura do calendário de ações referente a todo o processo das eleições do Conselho Tutelar, com base nas orientações do ministério público. Em seguida fez uso da palavra a Secretária de Assistência Social Sra. Juliana onde também prestou informações sobre reuniões com o Promotor de Justiça para tratar sobre as recomendações para as provas, a fim de obterem um colegiado responsável. Disse que estavam caminhando em conformidade com as recomendações do ministério público atendendo o cumprimento dos prazos, deixando claro para quem queira tomar conhecimento. Falou sobre os desafios que a Secretaria de Assistência social estava passando com os cortes de recursos do governo federal. Disse que a Assistência social estava fragilizada e que tinham aderido ao movimento nacional para lutar pelo SUAS. Agradeceu o espaço e se colocou à disposição dos vereadores. No uso da palavra o vereador Iranilson Bezerra perguntou sobre a logística de distribuição de urnas para que a zona rural também pudesse participar do pleito e que fossem verificados os requisitos de experiências para as provas. Respondendo a

pergunta a Presidente do CMDCA informou que estavam solicitando oito urnas eletrônicas para o pleito, sendo distribuídas na sede e nas localidades de Logradouro, Alto Brito e Tabuleiro do Luna para atender a Zona Rural. No uso da palavra a vereadora Sheila Damasceno destacou a importância de atender a zona rural e perguntou o que o CMDCA estava fazendo para divulgar e se estavam usando a rádio, já que era um meio de divulgação amplo, para que todos tomassem conhecimento. No uso da palavra a Senhora Secretária disse que já estavam divulgando na página da Prefeitura, assim como no facebook e com o carro de som. Disse que a ideia da vereadora era muito boa e com certeza iriam divulgar também na rádio. Permitida a palavra ao vereador Luis Nilson, o mesmo agradeceu pela presidente do CMDCA ter atendido ao convite da Câmara e destacou a importância do processo de seleção a fim de que seja acessível para que as pessoas possam participar sem excluir, eliminando apenas a quem realmente não tem condições e requisitos. Agradeceu também ao vereador Iranilson por ter acatado o relatório da comissão que apontou o projeto do vereador inconstitucional, pois não atingia o princípio da isonomia, uma vez que previa alguns privilégios para alguns candidatos. Perguntou quem iria elaborar a prova e se tinham informações sobre conteúdos no edital. Disse que o processo passado tinha sido injusto com o povo e os candidatos das comunidades. Pediu que fosse dada a oportunidade do povo escolher seus conselheiros. Respondendo ao questionamento a secretaria informou que a prova estava sendo elaborada pelo promotor. Disse que tinham a preocupação de selecionar aqueles candidatos que possam atender os requisitos e que tenham conhecimento da responsabilidade de um conselheiro tutelar, observando os princípios do estatuto e cujo edital já tinha as informações. Informou que estavam solicitando as urnas, mas não tinha como dar a certeza de que as oito urnas iriam vir. Disse que tinham solicitado a promotoria e ao TER e que estavam fazendo o possível. No uso da palavra o vereador João Aires também perguntou se os polos estavam preparados para receber as urnas, pois no Tomé Afonso iriam ter que se dirigir ao Tabuleiro do Luna. Destacou a fala do vereador Luis Nilson em relação ao processo de escolha. Desejou boa sorte a comissão e disse que fosse feito um processo da forma mais transparente possível. No uso da palavra o vereador

Celio Santos parabenizou a Secretária de Ação Social por manter a secretaria mesmo diante das dificuldades. Destacou a importância de haver a seleção dos candidatos para que não haja jogo político ou apadrinhamento. Parabenizou os conselheiros atuais e destacou que tem pessoas sem o perfil para conselheiro que estão querendo entrar por ter apadrinhamento político. Ressaltou que o processo seletivo seja justo. No uso da palavra o Senhor Presidente agradeceu a presença da secretaria e fez as seguintes informações: disse que em relação ao projeto de lei do vereador Iranilson que havia sido retirado de pauta pelo relator da comissão ter apontado inconstitucionalidade. Disse que não tinha inconstitucionalidade, uma vez que não estava na constituição, sendo que iria tirar apenas cinco de não fazer a prova, mas poderia ser para todo mundo. Disse que a única questão era que o edital já tinha sido lançado. Em relação à seleção disse que defendia a meritocracia, por isso achava que tinha de haver o mérito. Disse que os requisitos não poderiam ser restritos ao ECA, pois iria estar favorecendo aos conselheiros e iriam estar sempre voltando. Disse que a Casa estava preparando um documento reforçando o pedido para as urnas eletrônicas, pois iria fazer o mesmo pedido quando fosse fazer a eleição da Câmara Mirim. Apoiou a fala do vereador João Aires e se dispôs também a fazer a divulgação dessa eleição e destacou o trabalho da Presidente do CMDCA, dos conselheiros e da Secretária de Assistência Social. No uso da palavra o vereador Antoniel referiu-se a fala do vereador Antoniel discordou da fala do presidente Lauro, uma vez que o mesmo não atendia ao princípio da isonomia que estava na constituição e a comissão estava atenta ao mérito do projeto. E não era competência da Casa isentar da prova, já que isso era papel do ministério público. Desejou boa sorte a todos que iriam participar do processo e destacou a capacidade dos conselheiros. Participando da discussão o senhor presidente disse que ao falar do projeto de que o mesmo não era inconstitucional, não estava falando da meritocracia, o erro era separar os cinco de não fazer prova e já existia o edital. Em relação a prova disse que não poderia exigir demais para não excluir. Em seguida a secretária Juliana fez suas considerações finais frisando a importância do Conselho Tutelar, onde hoje uma das lutas era a atualização da Lei do Conselho e agradeceu a Casa pelo espaço. Em seguida o senhor presidente permitiu a palavra a

conselheira tutelar Ana Paula que falou sobre a elaboração da prova e sugeriu que a secretaria buscasse apoio a outras cidades e que não ficasse somente na mão do promotor de justiça. Pede informações sobre outras pessoas que não são do CMDCA que estão na comissão. Em relação ao edital questionou se o edital não poderia ser alterado. Informou que estava aguardando a sanção da lei pelo presidente para que possa ser reconduzida ao cargo, já que vem de dois mandatos consecutivos. Respondendo às perguntas disse que estava procurando segurança ao buscar do ministério a elaboração da prova, mas que estavam com a assessoria jurídica. Disse que o objetivo era somar e que a população pudesse conhecer e que não era para excluir. Em relação a especial disse que não havia norma que obrigasse serem membros só do CMDCA. Em relação ao edital disse que tinha abertura no edital para alterações. Disse que não queriam tirar direito de ninguém. Em seguida a palavra foi passada ao conselheiro Genival onde falou sobre a questão da recondução e que a população é quem deve escolher se vai para a recondução ou não e que isso era lei. Em relação ao edital disse que a Lei municipal e estadual não previa prova. Falou da resolução do CONANDA e pediu que precisavam ter conhecimento sobre essas leis e que o ministério público era apenas para acompanhar e que o CMDCA era quem deveria elaborar as provas. Disse que no último pleito o ministério anulou muita gente na prova e isso tinha prejudicado muitos candidatos, sendo que tinha eliminado os suplentes. No uso da palavra a secretaria disse que está tendo todo o cuidado e que estava bem esclarecida em relação a resolução e que o CMDCA não tinha intenção de prejudicar ninguém. No uso da palavra o vereador Antoniel fez a leitura do artigo 132 do ECA. Disse que quem atestava inconstitucionalidade no processo de escolha era o poder judiciário. No uso da palavra o vereador Rosembergue disse que concordava que o edital pudesse ser alterado e destacou o trabalho da secretária. Disse que não via porquê de a prova não existir. O vereador Antoniel parabenizou o trabalho da assistência social por todo o trabalho e destaca o ato em protesto ao desmonte que a política tem sofrido. Também fez uma referência a viagem a Brasília agradecendo ao Presidente para que fosse viável participar do evento. Informou que tinha levado ofícios, juntamente com o vereador Rosembergue destinados aos deputados votados no município, como o deputado

Elmano. Também solicitaram ao deputado Idilvan recursos para a reforma da escola estadual e computadores novos. Disse que também se encontraram com a deputada Luiziane Lins solicitando mais recursos para o município como agradeceram pelo que a mesma já tinha feito pelo município. Disse que visitaram o Deputado Guimaraes e o senador Tarso Jereissati. Informou que foi premiado na Marcha com o seu projeto sobre prioridades a pessoas com espectro altista. Informou que o assentamento São Miguel na comunidade de Logradouro estava perdendo as terras que tinha sido dada de direito pelo INCRA, porem agora o ex - proprietário havia ganhado o direito de reintegração de posse sobre as terras, deixando as famílias a risco de perder suas terras e suas casas. Disse que estava mobilizando junto com os deputados para que o governador possa interferi nesse processo para que as trinta e cinco famílias não percam suas casas. Em seguida o vereador Luis Nilson disse que atualmente desconhecia a participação do presidente, deixando de conduzir a sessão para discutir com o vereador. Disse que o mesmo insistia em dizer que o projeto não era inconstitucional, porem o mesmo era inconstitucional, uma vez que pretendia fazer com que os atuais conselheiros ficassem isentos de fazer a prova. Falou sobre o princípio da isonomia e disse que nenhuma lei se sobrepunha a constituição. Disse que não eram donos da verdade, mas não tinha dúvida de que o projeto era inconstitucional. Reportando a fala do vereador Luis Nilson, o senhor presidente disse que não era inconstitucional o vereador fazer lei em relação ao conselho tutelar. O que estava errado era que o vereador havia colocado isentar cinco de fazer a prova. Disse que concordava com o vereador e que todos deveriam fazer uso da palavra dentro do seu tempo. No uso da palavra o vereador Celio Santos disse que concordava com a fala do vereador Luis Nilson em relação ao posicionamento do presidente e ressaltou que o projeto do vereador Iranilson Bezerra era inconstitucional e que tinha sido observado pela maioria dos vereadores. No uso da palavra o vereador Antoniel, o vereador Joao Aires disse que também tinham participado das discussões em Brasília sobre a reforma da previdência e FUNDEB em Brasília. Destacou o acolhimento do Deputado Idilvan, do Deputado Eduardo Bismark e do senador Cid Gomes e do senador Eduardo Girão. Agradeceu a recepção do assessor do senador Eduardo Girão. No uso da

palavra o vereador Iranilson Bezerra também destacou a Marcha a Brasília, onde puderam encontrar com os deputados, principalmente o Eduardo Bismark que obteve a maior votação aqui em Itaiçaba. Ressaltando que fizeram suas solicitações em relação à educação e sobre a reforma da previdência. Informou que deputado Eduardo Girão está disposto a investir na saúde e que se comprometeu em ajudar todos os municípios do estado do Ceará. Ressaltou que a população tinha muito a ganhar com a marcha dos vereadores a Brasília. O vereador Rosembergue também agradeceu ao presidente pela oportunidade de participar da Marcha a Brasília e que esperavam receber a ajuda dos deputados. No uso da palavra a vereadora Sheila também ressaltou que, mesmo não podendo participar da Marcha, havia enviado pedido ao deputado Domingos Neto para que o mesmo pudesse destinar recursos para a comunidade de Tabuleiro do Luna. Em seguida o senhor Presidente também fez uma explanação sobre a viagem a Brasília através da Marcha dos vereadores e os assuntos discutidos na Marcha como pacto federativo, reforma da previdência, entre outros. Destacou a importância do intercambio para os vereadores. Não havendo explicação pessoal o senhor presidente destinou os trabalhos ao expediente da presidência onde agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão da qual lavrei a presente ata que lida e aprovada será assinada.

Vereadores	**Assinatura**
Lauro Marciolino Solheiro Júnior	
Iranilson Lima Bezerra	
Sheila Pereira Damasceno	
João Aires Brito	
Antoniel Max Silva Holanda	
Francisco Erineldo Barbosa Silva	
Francisco Célio dos Santos	
Luís Nilson Moreira Freitas	
Rosembergue Alves de Holanda	